

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2026

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 27/2024, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E TEMPORÁRIO, DE PESSOA JURÍDICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL, ORGANIZAÇÃO, MONTAGEM, ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA À XIX EXPO BJ**, A REALIZAR-SE NOS DIAS 29 E 30 DE ABRIL DE 2026 E 01, 02 E 03 DE MAIO DE 2026. O PREGÃO TERÁ O CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MAIOR LANCE**.

O procedimento licitatório será regido integralmente pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores, e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital.

A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Bom Jardim de Minas/MG – MG, se adequarem à forma eletrônica.

Este edital será encontrado no sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.bomjardimdeminas.mg.gov.br/arquivos/editais-2026/>), além de ser disponibilizado pela Prefeitura Municipal a qualquer interessado, na sala de Licitações, situada na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro – Bom Jardim de Minas/MG.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES E

ABERTURA DA SESSÃO

Dia 13/04/2026, às 10:00 horas.

LOCAL: A sessão de processamento do pregão será realizada na sala de licitações, localizada na Prefeitura Municipal, estabelecida na Av. Dom Silvério, nº 170 – Centro –

Bom Jardim de Minas/MG e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio.

CONSULTAS AO EDITAL: O Edital encontra-se à disposição, na Sala das Licitações, nos horários de 08:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 17:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição, assim como no sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.bomjardimdeminas.mg.gov.br/arquivos/editais-2026/>).

ESCLARECIMENTOS: Junto a Pregoeira, no endereço acima citado, no horário de 08:00 às 11:00 horas e de 12:00 às 17:00 horas para:

- a) Em caso de dúvida, quer seja de caráter técnico ou legal na interpretação deste Edital, a proponente poderá encaminhar consultas formalmente a Pregoeira até **03 (três) dias úteis antes** da data de entrega dos documentos.
- b) Pedidos de informações poderão ser solicitados em **até 03 (três) dias úteis antes** da realização da sessão pública do certame.
- c) **Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos por escrito, direcionados a Pregoeira e protocolados no setor de licitações da Prefeitura, não sendo admitidos por e-mail ou qualquer outro meio eletrônico.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.1 Contratação, a título oneroso e temporário, de pessoa jurídica para exploração comercial, organização, montagem, estruturação e operacionalização da Praça de Alimentação destinada à XIX EXPO BJ, a realizar-se nos dias 29 e 30 de abril de 2026 e 01, 02 e 03 de maio de 2026, conforme Edital e seus Anexos.

1.2 A licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, compreendendo a totalidade dos serviços e estruturas necessários para o funcionamento da Praça de Alimentação, não sendo permitida a participação ou adjudicação parcial.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que possuam objeto social compatível com a exploração comercial de praças de alimentação, organização de eventos ou atividades afins, conforme estabelecido no Termo de Referência.

2.2 - A participação nesta licitação dar-se-á obrigatoriamente para o LOTE ÚNICO, abrangendo todas as obrigações de montagem, estruturação, operacionalização e limpeza previstas para a Praça de Alimentação da XIX-EXPO BJ.

2.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG por eventuais danos decorrentes de erros na formulação da proposta ou lances ofertados.

2.4 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006), observando-se, contudo, que no critério de MAIOR LANCE, o exercício do direito de preferência (empate ficto) ocorre quando a proposta da ME/EPP for inferior à proposta vencedora em até 5% (cinco por cento), caso em que a mesma poderá apresentar nova oferta para superar o maior lance atual.

2.5 - Será vedada a participação de empresas que:

2.5.1 - Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

2.5.2 - Possuam em seus quadros servidores ou funcionários da Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

2.5.3 - Se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação;

2.5.4 - Estejam reunidas em consórcio;

2.5.5 - Estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou tenham sido declaradas inidôneas;

2.5.6 - Tenham sido condenadas judicialmente, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil ou análogo ao escravo;

2.5.7 - Estrangeiras que não funcionem no país.

2.6 - Não será permitida a participação de pessoas físicas, tendo em vista a complexidade da estruturação e operacionalização do objeto licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O credenciamento será realizado para todos os interessados que se fizerem presentes impreterivelmente no horário designado para abertura da sessão, não sendo permitido o credenciamento e recebimento de envelopes após esse horário.

3.2 – Para o CREDENCIAMENTO, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos (fora dos envelopes de proposta e habilitação):

3.2.1 - Tratando-se de representante sócio administrador:

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Estatuto social, contrato social ou instrumento de constituição registrado, no qual constem poderes para exercer direitos e assumir obrigações;
- c) Documento de identificação oficial com foto;
- d) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Modelo Anexo VII);
- e) Declaração de enquadramento como ME ou EPP, se for o caso, para fins do exercício do direito de preferência no critério de maior lance (Modelo Anexo VIII).

3.2.2 - Tratando-se de representante procurador:

- a) Procuração por instrumento público ou particular, com poderes específicos para formular lances (ofertas de maior valor), negociar, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (Modelo Anexo X);
- b) Documento de identificação oficial com foto;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Estatuto social, contrato social ou instrumento de constituição registrado da outorgante;
- e) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Modelo Anexo VII);
- f) Declaração de enquadramento como ME ou EPP, se for o caso (Modelo Anexo VI).

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo procurador ou sócio.

3.4 - A ausência do representante ou a sua não conformidade documental no ato do credenciamento não impedirá a participação da empresa no certame, desde que os envelopes tenham sido entregues tempestivamente, porém, a licitante ficará impedida de formular lances verbais e de praticar atos de negociação ou interposição de recursos durante a sessão.

CLÁUSULA QUARTA

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - As propostas de preço (oferta de outorga) e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, obrigatoriamente para o Lote Único, em 02 (dois) envelopes separados, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa o nome da proponente e os seguintes dizeres:

4.1.1 – ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO (MAIOR LANCE):

AO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

OBJETO: Praça de Alimentação – XIX EXPO BJ

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE

4.1.2 – ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

AO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA LICITANTE

4.2 – Os envelopes deverão ser entregues à Pregoeira no ato do credenciamento, na data e horário fixados no preâmbulo deste Edital.

4.3 – A Proposta de Preço contida no Envelope nº 01 deverá indicar o valor global que a licitante se propõe a pagar ao Município pela exploração do objeto, respeitado o valor mínimo de lance fixado no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 – A proposta de preço deverá ser formulada para o **LOTE ÚNICO** e conter os seguintes elementos:

a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual (se houver) da licitante;

b) Número do Processo e do Pregão Presencial;

c) Descrição clara do objeto, declarando plena ciência e concordância com as condições de montagem, operacionalização e exploração da Praça de Alimentação da XIX EXPO BJ, conforme o Termo de Referência;

d) **Valor da Oferta (Outorga):** O valor global que a empresa se propõe a pagar ao Município, em moeda nacional, expresso em algarismos e por extenso. Em caso de divergência, prevalecerá o valor por extenso;

e) **Declaração de Custos:** Declaração de que no valor ofertado já estão computados todos os custos operacionais, logísticos, tributários, trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias à execução do objeto, as quais correrão por conta exclusiva da contratada;

f) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

5.2 – O valor ofertado na proposta escrita servirá como base para a etapa de lances verbais, não sendo aceita oferta inferior ao **VALOR MÍNIMO DE OUTORGA** fixado no Termo de Referência.

5.3 – O valor da outorga adjudicado deverá ser pago integralmente em parcela única, conforme prazo e condições estabelecidos na Cláusula de Pagamento deste Edital, sendo condição indispensável para a assinatura do contrato e início da montagem.

5.4 – A licitante deverá declarar na proposta que possui capacidade técnica e operacional para cumprir o cronograma do evento (29/04/2026 a 03/05/2026), responsabilizando-se por toda a infraestrutura necessária (tendas, som, iluminação, limpeza e segurança da área).

5.5 – A Proposta de Preço deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa ou conforme o Modelo Padrão (Anexo IX), redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal.

5.6 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem oferta inferior ao valor mínimo estipulado pela Administração;
- b) Estabelecerem condições ou vantagens não previstas neste Edital;
- c) Apresentarem irregularidades que dificultem o julgamento ou a compreensão da oferta.

5.7 – A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da proponente, de todas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus demais Anexos.

CLÁUSULA SEXTA

DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.1 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

6.2 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, conforme modelo constante do Anexo IX do Edital, especificando:

6.2.2.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.2.2 - Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

6.2.2.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.2.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.2.5 - Que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS/MG a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

6.2.2.6 – Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme modelo constante do Anexo VIII do Edital.

6.2.4 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo VII.

6.2.5 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo VIII.

6.2.6 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital.

6.3 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

6.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.3.4.1 - Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5 - Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

6.3.7 - A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.7.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

6.4.1.1 - Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

6.4.1.2 - Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

6.5 - Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

6.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de

capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

6.5.2 - Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

6.5.3. Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro civil e engenheiro eletricista, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

6.5.3.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: a) Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum; d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

6.6 - Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será examinada pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

6.8 - Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

6.8.2 - Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

6.8.3 - Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

6.8.4 - Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.8.5 - O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante;

6.9 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

6.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

a) Todos os documentos deverão se encontrar vigentes, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06.

b) Os documentos para habilitação, cuja autenticidade não possa ser verificada via internet, deverão ser entregues em cópias devidamente autenticadas preferencialmente por cartório de notas ou atestada por advogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, ou ainda autenticadas por servidor público municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do presente Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados, nos termos da CLÁUSULA TERCEIRA.

7.2 – Após os credenciamentos, as licitantes entregarão à Pregoeira os envelopes de Proposta e Habilitação. Não será recebido qualquer envelope ou realizado credenciamento após o horário designado.

7.3 – A Pregoeira procederá à abertura dos Envelopes nº 01 (Proposta de Preço), verificando a conformidade com os requisitos do Edital e do Termo de Referência. Serão desclassificadas as propostas com valores inferiores ao lance mínimo fixado pela Administração.

7.4 – Da Etapa de Lances:

7.4.1 – A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial e **CRESCENTE**.

7.4.2 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e **SUPERIORES** à proposta de maior preço ou ao lance anterior.

7.4.3 – A etapa de lances será encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de novos lances.

7.5 – Do Tratamento Favorecido (LC 123/2006) no Maior Lance:

7.5.1 – Ocorrendo empate ficto — quando a proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte for **inferior em até 5% (cinco por cento)** à proposta de maior valor (vencedora) — proceder-se-á da seguinte forma:

I - A ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço, **superior** àquela considerada vencedora, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;

II - Não exercido o direito pela primeira, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem no intervalo de 5%, na ordem classificatória;

III - Em caso de equivalência de valores entre MEs e EPPs no intervalo de 5%, será realizado sorteio para definir a ordem de preferência para o novo lance.

7.6 – Encerrada a etapa de lances, as propostas serão classificadas em **ORDEM DECRESCENTE** de valores (do maior para o menor).

7.7 – A Pregoeira poderá negociar com o autor da **MAIOR OFERTA** com vistas ao aumento do valor em benefício do erário municipal.

7.8 – Considerada aceitável a maior oferta e após a negociação, será aberto o Envelope nº 02 (Habilitação) de seu autor.

7.9 – Eventuais falhas ou omissões na documentação poderão ser saneadas na sessão, inclusive por meio de verificação eletrônica ou substituição de documentos, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021.

7.10 – Se a maior oferta não for aceitável (ex: por falta de comprovação de origem ou capacidade) ou se a licitante for inabilitada, a Pregoeira examinará a oferta subsequente (segundo maior lance), e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos.

7.11 – Regularidade Fiscal ME/EPP: Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP declarada vencedora, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogáveis por igual período, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação de sanções.

7.12 – Proclamado o resultado, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA OITAVA

DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 – Encerrada a etapa de lances e negociação, a Pregoeira verificará se o licitante classificado em primeiro lugar (autor do **maior lance**) atende às condições de participação, conforme o art. 14 da Lei nº 14.133/2021, consultando os cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

8.2 – A consulta será estendida ao sócio majoritário, conforme as vedações da Lei nº 8.429/1992, para evitar fraudes à licitação por meio de interpostas pessoas.

8.3 – Caso o licitante tenha utilizado o tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se a empresa ainda faz jus ao benefício, considerando o faturamento e a legislação vigente.

8.4 – Verificadas as condições de participação, a Pregoeira examinará a proposta vencedora quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade com o **Valor Mínimo de Outorga** estipulado para a exploração da Praça de Alimentação no Termo de Referência.

8.5 – Será desclassificada a proposta que:

8.5.1 – Contiver vícios insanáveis ou irregularidades fiscais/trabalhistas não saneadas no prazo;

8.5.2 – Não atender às especificações técnicas de montagem e operacionalização contidas no Termo de Referência;

8.5.3 – Apresentar **valor inferior ao lance mínimo** definido pela Administração para o lote único;

8.5.4 – Apresentar desconformidade com qualquer exigência deste Edital ou seus anexos que comprometa a execução do evento.

8.6 – Em se tratando de licitação pelo critério de **Maior Lance**, não se aplica o conceito de inexequibilidade de preço. Contudo, se houver dúvida extrema sobre a capacidade de a empresa honrar o pagamento da outorga ofertada e realizar os investimentos em infraestrutura previstos (tendas, som, segurança, etc.), a Pregoeira poderá realizar diligências para verificar a saúde financeira da licitante.

8.7 – A licitante vencedora deverá, no prazo fixado pela Pregoeira, apresentar a Proposta de Preço adequada ao **último lance ofertado** na sessão pública, discriminando que o valor refere-se ao pagamento total pela exploração do objeto.

8.8 – Erros de preenchimento na proposta formal ajustada não serão motivo de desclassificação imediata, podendo ser saneados, desde que não alterem o valor final do maior lance ofertado e aceito pela Administração.

8.9 – Considerada aceitável a proposta de maior valor e atendidas as condições de participação, a Pregoeira procederá à abertura do envelope de habilitação, conforme rito estabelecido neste Edital.

CLÁUSULA NONA

DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas (maior lance), à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 – Qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de preclusão. O prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata de sessão.

9.3 – O recurso será dirigido à Pregoeira, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior para decisão em até 10 (dez) dias úteis.

9.4 – Os demais licitantes ficam desde logo intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo de 03 (três) dias úteis, contado do término do prazo do recorrente.

9.5 – Após a declaração do vencedor e o decurso dos prazos recursais (ou julgamento dos recursos interpostos), a Pregoeira opinará pela **adjudicação** do objeto, submetendo o processo à autoridade competente para **homologação**.

9.6 – Do Pagamento do Lance e Assinatura do Contrato:

9.6.1 – Homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, comprovar o recolhimento do valor total do **Maior Lance (Outorga)** ofertado, mediante Guia de Arrecadação Municipal (DAM) ou depósito em conta indicada pelo Município de Bom Jardim de Minas/MG.

9.6.2 – A comprovação do pagamento integral do lance é condição indispensável para a assinatura do Termo de Contrato/Concessão e para a autorização de início da montagem das estruturas da Praça de Alimentação.

9.7 – O contrato será encaminhado ao adjudicatário via e-mail ou disponibilizado para assinatura presencial, devendo ser assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a convocação, sob pena de decair do direito à exploração do objeto.

9.8 – Caso o proponente vencedor não realize o pagamento do lance ou se recuse a assinar o contrato no prazo legal, a Administração poderá retomar a Sessão Pública e convocar os demais proponentes, seguindo a ordem de classificação (pelo critério de maior lance subsequente), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.9 – A Administração não se responsabiliza pelo não recebimento de comunicações via e-mail por falhas técnicas do provedor da licitante, sendo dever desta manter seus contatos atualizados e acompanhar as publicações no Diário Oficial e sítio eletrônico do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CONTRATO, DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1 – O instrumento contratual (Termo de Concessão de Uso Oneroso) regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelas cláusulas deste Edital e pelos preceitos do direito público.

10.2 – O contrato poderá ser rescindido pela Administração Municipal a qualquer tempo, garantido o contraditório, em caso de descumprimento das normas de segurança, sanitárias ou de montagem previstas no Termo de Referência, ou ainda por falta de pagamento do lance ofertado.

10.3 – Farão parte integrante do contrato todas as condições previstas neste Edital, no Termo de Referência (Projeto Básico) e na proposta de maior lance apresentada pelo adjudicatário.

10.4 – Da Vigência: O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento das atividades de desmobilização e limpeza da área do evento (previsão de encerramento em maio de 2026), podendo ser prorrogado apenas para cobrir eventuais prazos de retirada de estrutura, conforme interesse da Administração.

10.5 – Da Fiscalização: Observado o disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o acompanhamento e a fiscalização da exploração da Praça de Alimentação serão realizados pela Comissão Organizadora da XIX EXPO BJ ou por fiscal designado pela Unidade Requisitante.

10.6 – Das Atribuições da Fiscalização: Compete à fiscalização:

10.6.1 – Conferir se a montagem das tendas e estruturas obedece ao layout e às normas de segurança e incêndio (AVCB/ARTs);

10.6.2 – Zelar pelo cumprimento dos horários de funcionamento e pelas normas de higiene e limpeza da área comum da Praça de Alimentação;

10.6.3 – Notificar a contratada imediatamente sobre qualquer irregularidade que ponha em risco a segurança dos frequentadores ou o sucesso do evento.

10.7 – O ateste da execução fiel do objeto será requisito para a liberação das garantias contratuais (se houver) e para a emissão do termo de encerramento da concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE PARA EDITAIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

11.1 – O valor da outorga ofertado pela licitante vencedora e adjudicado ao Município de Bom Jardim de Minas/MG será fixo e irrevogável, tendo em vista a natureza temporária e o curto período de execução do objeto (abril e maio de 2026).

11.2 – Quaisquer tributos, custos de montagem, despesas operacionais, logísticas ou encargos trabalhistas omitidos da proposta ou incorretamente dimensionados pela licitante serão considerados inclusos no valor ofertado, não sendo aceitos pleitos de redução do valor da outorga ou pedidos de indenização sob qualquer título.

11.3 – O reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Contratada somente poderá ser analisado em situações de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, que impeçam total ou parcialmente a exploração comercial da Praça de Alimentação nas datas previstas para a XIX EXPO BJ, conforme o art. 124, II, “d” da Lei nº 14.133/2021.

11.4 – Caso ocorra alteração na carga tributária que incida diretamente sobre a exploração do objeto, os valores poderão ser revistos para mais ou para menos, desde que demonstrado o impacto direto na equação financeira da concessão.

11.5 – Não haverá aplicação de índice de reajuste (IPCA ou similar), uma vez que a vigência contratual e a execução do objeto são inferiores a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – A presente licitação não acarretará despesas para o Município de Bom Jardim de Minas/MG, tratando-se de concessão onerosa de espaço público com critério de julgamento pelo **MAIOR LANCE**.

12.2 – O valor arrecadado a título de outorga pela exploração da Praça de Alimentação da XIX EXPO BJ constituirá receita própria do Município, a ser recolhida ao Erário Municipal via Guia de Arrecadação (DAM) ou depósito em conta bancária oficial, conforme orientações da Tesouraria Municipal.

12.3 – Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como montagem de estruturas, contratação de pessoal, segurança, limpeza, fornecimento de energia, entre outras descritas no Termo de Referência, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora, não cabendo ao Município qualquer ônus financeiro ou responsabilidade subsidiária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1 – A licitante vencedora deverá executar o objeto em estrita observância ao cronograma da **XIX EXPO BJ**, que ocorrerá nos dias **29 e 30 de abril de 2026 e 01, 02 e 03 de maio de 2026**.

13.2 – Da Montagem: A instalação de toda a infraestrutura (tendas, barracas, palcos, som, iluminação e mobiliário) deverá estar concluída e vistoriada pela fiscalização municipal e pelo Corpo de Bombeiros até às **09 HORAS** do dia **29 de abril de 2026**.

13.3 – Das Normas Sanitárias e de Segurança:

13.3.1 – Todos os produtos de origem animal comercializados na Praça de Alimentação deverão possuir registro nos órgãos de inspeção competentes (SIM, SIE ou SIF), conforme a procedência.

13.3.2 – A Contratada é a única responsável por garantir que todos os manipuladores de alimentos cumpram as normas da Vigilância Sanitária, mantendo a higiene e a conservação adequada dos produtos.

13.3.3 – É obrigação da Contratada a manutenção de extintores de incêndio carregados e dentro do prazo de validade em cada ponto de venda, conforme as normas do CBMMG.

13.4 – Da Limpeza e Desmobilização:

13.4.1 – A Contratada deverá manter equipes de limpeza permanentes durante todos os dias do evento, garantindo a retirada constante de resíduos da área de mesas e circulação.

13.4.2 – A desmobilização total das estruturas e a entrega do espaço público limpo e livre de detritos deverão ocorrer no prazo máximo **48 HORAS** após o encerramento do evento.

13.5 – A Prefeitura Municipal reserva-se o direito de interditar barracas ou suspender a operação da Praça de Alimentação caso identifique irregularidades que coloquem em risco a saúde pública ou a segurança do evento, sem prejuízo da aplicação de multas.

13.6 – A Contratada deverá cumprir rigorosamente com todas as normas trabalhistas e de segurança do trabalho em relação aos funcionários e colaboradores contratados para o evento, assumindo total responsabilidade por eventuais passivos.

13.7 – Caso a Contratada não inicie a montagem no prazo estipulado ou abandone a execução do objeto antes do término do evento, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e convocar o licitante remanescente (segundo maior lance).

13.8 – Da Sublocação dos Espaços: Fica autorizada a sublocação dos espaços internos da Praça de Alimentação a terceiros (barracas individuais, food trucks ou quiosques), desde que a Contratada principal:

- **a)** Mantenha a responsabilidade integral e solidária perante o Município pela organização, limpeza e segurança de todos os sublocatários;
- **b)** Exija de cada sublocatário o cumprimento rigoroso das normas sanitárias e de segurança contra incêndio previstas neste Edital;
- **c)** Encaminhe à Comissão Organizadora, até 48 horas antes do evento, a relação nominal e o CNPJ/CPF de todos os sublocatários para fins de controle de acesso e fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

PAGAMENTO

14.1 – O valor total do lance vencedor (outorga) deverá ser pago pela licitante adjudicatária integralmente, **EM PARCELA ÚNICA**, como condição indispensável para a assinatura do contrato e autorização de montagem das estruturas.

14.2 – O pagamento deverá ser efetuado em até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** após a convocação oficial decorrente da homologação do certame, mediante Guia de Arrecadação Municipal (DAM) emitida pela Tesouraria ou por meio de transferência bancária para a conta oficial do Município de Bom Jardim de Minas/MG:

- **Favorecido:** Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG
- **CNPJ:** 18.684.217/0001-23
- **Banco:** Brasil
- **Agência:** 1653-5
- **Conta corrente:** 73.089-0

14.3 – O comprovante de pagamento deverá ser apresentado à Secretaria Municipal de Finanças ou ao Departamento de Licitações, contendo a identificação do processo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026 – MAIOR LANCE

OBJETO: Exploração da Praça de Alimentação – XIX EXPO BJ

14.4 – A falta de pagamento do valor da outorga no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, podendo a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.5 – Não haverá, em nenhuma hipótese, devolução dos valores pagos a título de outorga, salvo em caso de cancelamento total do evento por culpa exclusiva ou decisão administrativa da Prefeitura Municipal, hipótese em que a devolução será proporcional aos dias não realizados.

14.6 – Todas as receitas provenientes da exploração comercial direta (venda de alimentos, bebidas ou sublocação de espaços, se permitida) pertencem exclusivamente à Contratada, não cabendo ao Município qualquer participação sobre o faturamento, além do valor da outorga fixado no lance vencedor.

14.7 – A Contratada é a única responsável pelo recolhimento de eventuais tributos incidentes sobre a sua atividade comercial durante o evento, incluindo o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e taxas de licenciamento sanitário, conforme a legislação tributária municipal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

SANÇÕES

15.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou adjudicatária que, com dolo ou culpa:

- a) Dar causa à inexecução parcial ou total do objeto (ex: não montar todas as estruturas previstas ou abandonar a operação antes do encerramento do evento);
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;
- c) Não manter a proposta de maior lance, salvo por fato superveniente justificado;
- d) Não celebrar o contrato ou não efetuar o pagamento da outorga no prazo estabelecido;
- e) Ensejar o retardamento da montagem das estruturas sem motivo justificado, colocando em risco o cronograma de abertura da XIX EXPO BJ;
- f) Apresentar declaração ou documentação falsa;

- g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2 – A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

15.2.1 - Advertência;

15.2.2 - Multa;

15.2.3 - Impedimento de licitar e contratar (até 3 anos);

15.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3 – Da Multa:

15.3.1 – A multa será calculada em percentual de **0,5% a 30% incidente sobre o valor total do lance vencedor (outorga)**, a ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a comunicação oficial.

15.3.2 – Para inexecução parcial ou atraso na montagem que não impeça o evento, a multa será de 0,5% a 15% do valor da outorga.

15.3.3 – Para inexecução total, não pagamento do lance ou fraudes, a multa será de 15% a 30% do valor da outorga.

15.4 – A recusa injustificada em assinar o contrato ou o **não pagamento do lance vencedor** no prazo estipulado caracterizará o descumprimento total da obrigação, sujeitando a empresa à multa de 30% sobre o valor ofertado e ao impedimento de licitar.

15.5 – A aplicação das sanções levará em conta a gravidade da infração, os danos causados ao evento e ao interesse público, e a reincidência da licitante.

15.6 – O processo de responsabilização seguirá o rito da Lei nº 14.133/2021, garantindo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia e igual prazo para recursos após a decisão.

15.7 – A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral de eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a realização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 - O Município poderá considerar rescindido o presente Contrato de Concessão de pleno direito, independentemente de notificação judicial, sem que caiba à Contratada qualquer direito a ressarcimento ou indenização dos valores pagos a título de outorga, nos seguintes casos:

- a) Falta de pagamento do valor total do lance vencedor nos prazos estipulados;
- b) Paralisação da montagem ou da operação da Praça de Alimentação por fatos de responsabilidade da Contratada, sem motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Comissão Organizadora;
- c) Realizar a sublocação dos espaços em desacordo com as normas estabelecidas no Termo de Referência ou omitir informações sobre os sublocatários à fiscalização municipal;
- d) Descumprimento das normas de segurança, sanitárias ou de prevenção de incêndio (Corpo de Bombeiros) que coloquem em risco o público da XIX EXPO BJ;
- e) Reincidência em infrações já notificadas pela fiscalização durante os dias do evento;
- f) Ceder ou transferir o presente contrato a terceiros sem anuência da Administração;
- g) Entrar em processo de falência, dissolução ou insolvência;
- h) Condução dolosa ou fraudulenta na execução do objeto, ou prática de atos ilícitos no recinto do evento por parte de seus prepostos.

16.2 - O atraso injustificado na conclusão da montagem das estruturas (tendas, palcos e barracas) para a data de abertura do evento ensejará a rescisão imediata por inexecução total, permitindo ao Município a ocupação da área e a convocação do licitante remanescente para assumir a operação, a fim de preservar o interesse público e a realização da festividade.

16.3 - A Contratante poderá, em vez de rescindir o contrato, intervir diretamente na operação da Praça de Alimentação caso identifique falhas que comprometam a continuidade do evento, hipótese em que a Contratada responderá por todos os custos extras e prejuízos causados.

16.4 - A rescisão por culpa da Contratada implica a perda integral do valor pago a título de outorga, além da aplicação das multas e sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O Município de Bom Jardim de Minas/MG poderá anular a adjudicação ou rescindir o contrato de concessão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a licitante vencedora:

- a) Sofrer execução fiscal ou outros fatos que comprometam a montagem e operacionalização da estrutura do evento;
- b) For envolvida em escândalo público que comprometa a imagem institucional da XIX EXPO BJ;
- c) Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações privilegiadas obtidas em razão do contrato;
- d) For atingida por anulação da adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

17.2 – A Pregoeira poderá, por despacho fundamentado e até a assinatura do contrato, excluir qualquer licitante caso surja fato ou circunstância que desabone sua idoneidade, sem que assista à mesma direito a indenização.

17.3 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente (ex: cancelamento do evento por força maior) ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

17.4 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, de forma imediata e oral para registro em ata, sob pena de preclusão.

17.5 – A apresentação da proposta implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos deste Edital, sendo a licitante responsável pela fidelidade das informações e pela segurança de todas as estruturas montadas na Praça de Alimentação.

17.6 – É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.7 – Qualquer pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado por escrito à Pregoeira, conforme os prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

17.8 – A Contratada deverá manter-se regular com todas as condições de habilitação e obrigações trabalhistas/sanitárias durante todo o período do evento.

17.9 – Integram o presente Edital:

- **Anexo I** – Termo de Referência (Detalhamento do Evento e Layout);
- **Anexo II** – Modelo de Credenciamento;
- **Anexo III** – Modelo de Proposta (Maior Lance);
- **Anexo IV** – Minuta do Contrato de Concessão de Uso Oneroso;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração de ME/EPP;
- **Anexo VI** – Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento;
- **Anexo VII** – Declaração de Empregador Pessoa Jurídica (Trabalho do Menor);
- **Anexo VIII** – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- **Anexo IX** – Termo de Autorização/Regras para Sublocação.

17.10 – Havendo divergência entre as informações do Edital e seus anexos, prevalecerão as condições estabelecidas no **Termo de Referência**.

17.11 – As questões decorrentes deste certame que não forem dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Andrelândia/MG.

Bom Jardim de Minas/MG, 23 de março de 2026.

Rafaela Oliveira da Silva
Pregoeira

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2026

ANEXO I

Termo de Referência

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2026

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrita no
CNPJ sob nº, sediada/domiciliada na
....., cidade de
....., Estado, telefone(s)
....., e-mail para contato
....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)
....., portador(a) da cédula de identidade RG
..... e inscrito(a) no CPF sob o nº,
na qualidade de sócio-proprietário/diretor, confere amplos poderes ao(à) Sr(a)
....., portador(a) da cédula de identidade RG
..... e inscrito(a) no CPF sob o nº,
com o fim específico de representar a outorgante perante a **Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG** no **Processo Licitatório nº 53/2026 – Pregão Presencial nº 08/2026**.

PODERES: O outorgado terá plenos poderes para propor o credenciamento da empresa, apresentar envelopes de proposta e habilitação, formular **lances verbais de forma crescente (MAIOR LANCE)** em nome da representada, negociar valores de outorga, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer (ou renunciar ao direito de recurso), assinar atas, o Termo de Concessão de Uso Oneroso, firmar compromissos e praticar, enfim, todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato e defesa dos interesses da outorgante no certame relativo à **Exploração da Praça de Alimentação da XIX EXPO BJ**.

_____, ____ de _____ de 2026.

Outorgante

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2026

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Data:

Pregão Presencial nº 08/2026

À Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas/MG

A/C: Sra. Pregoeira

Prezada Srta.,

A sociedade empresária, com sede ou domicílio na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, por seu representante legal abaixo assinado, interessada na participação do presente certame, propõe a este Município a oferta para a concessão do objeto deste ato convocatório, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO, A TÍTULO ONEROSO E TEMPORÁRIO, DE PESSOA JURÍDICA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL, ORGANIZAÇÃO, MONTAGEM, ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA À XIX EXPO BJ, A REALIZAR-SE NOS DIAS 29 E 30 DE ABRIL DE 2026 E 01, 02 E 03 DE MAIO DE 2026. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: * DISPONIBILIZAR NO MÁXIMO 25 (VINTE E CINCO) PONTOS DESTINADOS A LANCHONETES, BARES, RESTAURANTES, FOOD TRUCKS OU SIMILARES. *FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS E ESTRUTURAS CONFORME PROJETO	SERVIÇO	01		

<p>APROVADO PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO; (SENDO 23 TENDAS 4X4, E 2 TENDAS 10X10)</p> <p>*GERADOR DE NO MÍNIMO 260 KVA, TODA A FIAÇÃO, CABOS, EXTENSÕES E CONEXÕES ELÉTRICAS CERTIFICADAS E ADEQUADAS À CARGA PREVISTA. ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DURANTE TODOS OS DIAS DO EVENTO, GARANTINDO FUNCIONAMENTO CONTÍNUO.</p> <p>* DISPONIBILIZAÇÃO DE ELETRICISTA QUALIFICADO, PRESENTE DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO (MONTAGEM, FUNCIONAMENTO E DESMONTAGEM), RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO.</p> <p>* A EMPRESA CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E OBTENÇÃO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI E PROJETO E EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.</p> <p>* A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ INDICAR ENGENHEIRO CIVIL E ENGENHEIRO ELETRICISTA RESPONSÁVEIS, LEGALMENTE HABILITADOS E REGISTRADO NO CREA;</p>				
---	--	--	--	--

CONDIÇÕES GERAIS:

1. **Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias.
2. **Pagamento:** Declaramos plena ciência de que o valor total da oferta (maior lance) acima proposto deverá ser recolhido integralmente aos cofres municipais no prazo improrrogável de **03 (três) dias úteis** após a convocação oficial decorrente da homologação, sendo este pagamento **condição indispensável** para a assinatura do contrato e autorização de início da montagem das estruturas no recinto do evento.
3. **Sublocação:** Declaramos ciência de que é **permitida a sublocação** dos pontos comerciais a terceiros, permanecendo esta proponente como única e integral

responsável perante o Município pela organização, higiene, segurança e conduta dos sublocatários.

4. **Conformidade:** Declaramos que estamos de acordo com todos os termos do Edital e seus Anexos, e que no valor ofertado estão incluídos todos os custos operacionais, impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.
5. **Vistoria:** Declaramos que tomamos conhecimento das condições locais para a instalação da estrutura, assumindo total responsabilidade pela operacionalização da Praça de Alimentação nos dias do evento.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação
(representante legal)

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO ONEROSO

CONTRATO DE CONCESSÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
BOM JARDIM DE MINAS/MG E A
EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS/MG**, sede na Av. Dom Silvério nº 170, Centro, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Francisco Matos e Silva, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a empresa _____, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo Sr. _____, ajustam o presente instrumento nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Edital de **Pregão Presencial nº 08/2026 (Maior Lance)** e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Concessão onerosa e temporária de espaço público para a exploração comercial, organização, montagem, estruturação e operacionalização da Praça de Alimentação da **XIX EXPO BJ**, a realizar-se nos dias **29 e 30 de abril de 2026 e 01, 02 e 03 de maio de 2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

A concessionária vencedora deverá obrigatoriamente fornecer e manter:

2.1 – Estrutura Física e Pontos de Venda:

- Disponibilizar no máximo **25 (vinte e cinco) pontos** destinados a lanchonetes, bares, restaurantes, *food trucks* ou similares.

- Fornecimento, montagem e desmontagem de **23 (vinte e três) tendas 4x4m** e **02 (duas) tendas 10x10m**, em perfeito estado de conservação e limpeza, conforme layout aprovado pela Comissão Organizadora.

2.2 – Sistema de Energia e Geradores:

- **01 (um) Gerador de no mínimo 260 kVA**, silenciado, com toda a fiação, cabos, extensões e conexões elétricas certificadas e dimensionadas para a carga prevista.
- Abastecimento de combustível por conta da contratada durante todos os dias do evento, garantindo funcionamento ininterrupto.
- Disponibilização de **01 (um) eletricista qualificado**, presente no recinto durante todo o período (montagem, funcionamento e desmontagem), para suporte e manutenção corretiva/preventiva.

2.3 – Responsabilidade Técnica e Segurança:

- Elaboração, implementação e aprovação do **Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI)** junto ao Corpo de Bombeiros Militar de MG.
- Projeto e execução das instalações elétricas seguindo as normas da ABNT.
- Indicação de **Engenheiro Civil** e **Engenheiro Eletricista** legalmente habilitados, com a devida apresentação das **ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica)** registradas no CREA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OPERACIONALIZAÇÃO E SUBLOCAÇÃO

3.1 – É permitida a sublocação dos pontos de venda (tendas/espços) a terceiros, devendo a concessionária garantir que todos os sublocatários cumpram as normas de higiene e segurança.

3.2 – A concessionária deverá manter equipe de limpeza constante na área comum da Praça de Alimentação durante o horário de funcionamento do evento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O valor total ofertado (outorga) deverá ser pago em até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** após a homologação, via DAM (Guia de Arrecadação Municipal), sendo o comprovante requisito para a assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E EXECUÇÃO

5.1 - A vigência do contrato inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se após a total desmobilização e limpeza da área do evento (previsão de término em maio de 2026). 5.2 - O cronograma de montagem deve ser rigorosamente cumprido, com entrega total das estruturas até o dia **28 de abril de 2026**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

6.1 – Assumir total responsabilidade civil, trabalhista e tributária pela exploração do evento, inclusive danos causados a terceiros.

6.2 – **Sublocação:** Fica autorizada a sublocação de espaços internos da Praça de Alimentação a terceiros, permanecendo a CONCESSIONÁRIA como única responsável solidária perante o Município pela conduta, higiene e segurança dos sublocatários.

6.3 – Apresentar ART/CREA de montagem e o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI) devidamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

6.4 – Manter equipe de limpeza e eletricista qualificado durante todo o período da festa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato, bem como a execução imperfeita ou o atraso injustificado na montagem das estruturas, sujeitará a **CONCESSIONÁRIA**, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

a) Advertência: Aplicada em casos de infrações leves que não comprometam a segurança ou o cronograma do evento, com prazo de regularização imediata (máximo de 02 horas);

b) Multa sobre a Outorga: * **0,5% a 15%** do valor total do lance vencedor (outorga) para infrações que causem transtornos parciais ao funcionamento da Praça de Alimentação;

- **15% a 30%** do valor total do lance vencedor (outorga) para casos de inexecução total, abandono do evento, não pagamento do lance no prazo ou descumprimento de normas graves de segurança e incêndio (PPCI).

c) Impedimento de Licitar e Contratar: Com o Município de Bom Jardim de Minas/MG por prazo de até 03 (três) anos, nos casos de reincidência ou faltas graves que prejudiquem a imagem da XIX EXPO BJ;

d) Declaração de Inidoneidade: Conforme os parâmetros do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.2 – A aplicação de qualquer sanção prevista nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral de danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, nem impede a rescisão imediata do contrato por culpa da **CONCESSIONÁRIA**.

7.3 – O valor da multa aplicada poderá ser cobrado administrativamente ou judicialmente, inclusive mediante retenção de eventuais garantias apresentadas, caso existam.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A fiscalização será exercida pela Comissão Organizadora da XIX EXPO BJ, que zelará pelo cumprimento do layout, normas sanitárias e horários de funcionamento.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – O Município poderá rescindir o contrato de pleno direito caso a CONCESSIONÁRIA não inicie a montagem no prazo ou descumpra normas de segurança que coloquem em risco o público, sem direito a qualquer ressarcimento do valor pago.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, ao **CONCEDENTE** fica reservado o direito de acrescer ou reduzir o objeto do presente instrumento, estipulando, na ocasião, prazos e demais elementos indispensáveis à perfeita caracterização da alteração, o que se fará obrigatoriamente por Termo Aditivo assinado pelas partes.

10.2 – O não exercício pelas partes de qualquer dos direitos contratuais ou legais representará ato de mera tolerância e não implicará, com relação a este instrumento, novação quanto a seus termos ou renúncia aos referidos direitos, os quais poderão ser exercidos a qualquer tempo.

10.3 – A **CONCESSIONÁRIA** declara plena ciência de que a exploração da Praça de Alimentação da **XIX EXPO BJ** deve seguir rigorosamente o layout e as normas de segurança estabelecidas no Termo de Referência, sendo responsável direta por qualquer dano ao patrimônio público ou a terceiros.

10.4 – Integram este Contrato, para todos os fins de direito, o Edital de **Pregão Presencial nº 14/2026** e a Proposta Comercial de Maior Lance apresentada pela **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de **Andrelândia/MG**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou controvérsias decorrentes da execução deste instrumento que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento.

Bom Jardim de Minas/MG, ____ de _____ de 2026.

Município de Bom Jardim de Minas/MG

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunha

CPF:

Testemunha

CPF:

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no
CNPJ sob o nº, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr.(a),
portador(a) do Documento de Identidade nº e inscrito(a)
no CPF sob o nº, **DECLARA**, sob as penas da Lei:

1. Que cumpre os requisitos legais para qualificação como **[INCLUIR CONDIÇÃO:
MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)]**, nos termos
do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não está sujeita a quaisquer dos
impedimentos do § 4º do referido artigo, estando apta a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei;

2. Que tem pleno conhecimento do disposto no **art. 4º da Lei nº 14.133/2021**,
ciente de que a obtenção indevida de benefícios destinados às ME/EPP constitui
infração administrativa sujeita às sanções de multa e impedimento de licitar e
contratar.

RESSALVA DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Opcional):

() **DECLARAMOS** possuir restrição fiscal e/ou trabalhista nos documentos de
habilitação e pretendemos utilizar o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis
por igual período, nos termos do **art. 43, § 1º da Lei Complementar nº
123/2006**, para a devida regularização.

Estamos cientes de que a não regularização no prazo estipulado implicará a

decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

(Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no
CNPJ sob nº, sediada/domiciliada na
....., cidade de
....., Estado, telefone(s)
....., e-mail para contato
....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, sob as penas da Lei:

- 1.** Que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no Edital do **Pregão Presencial nº 08/2026**, inexistindo qualquer fato impeditivo à sua participação no certame ou à contratação com a Administração Pública;
- 2.** Que tem **pleno conhecimento do objeto licitado** e anuência integral de todas as exigências constantes no Edital e seus anexos, em especial quanto à obrigação de montagem, fornecimento de geradores, manutenção de eletricitista e aprovação do Projeto de Incêndio (PPCI) para a **XIX EXPO BJ**;
- 3.** Que tomou conhecimento das condições do local onde será instalada a Praça de Alimentação, assumindo total responsabilidade pela compatibilidade de suas estruturas com o espaço físico e técnico disponibilizado;

4. Que cumprirá rigorosamente o cronograma de execução, estando ciente de que o atraso na montagem ou a falha na prestação dos serviços sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas no **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**.

(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2026

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

A empresa, inscrita no
CNPJ nº, por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr(a), portador(a) da
Carteira de Identidade nº e do CPF
nº, **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso VI**
do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e em cumprimento ao disposto no **inciso**
XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que:

1. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre;

2. Não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho

.

RESSALVA: () Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de
aprendiz, nos termos da legislação vigente.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada ou domiciliada (endereço completo), inscrita no CNPJ ou sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5 – Que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS/MG a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente.

6 – Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas conforme inc. IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

PROCESSO Nº 53/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2026

ANEXO VIII

TERMO DE AUTORIZAÇÃO/REGRAS PARA SUBLOCAÇÃO

OBJETO: Contratação, a título oneroso e temporário, de pessoa jurídica para exploração comercial, organização, montagem, estruturação e operacionalização da Praça de Alimentação destinada à XIX EXPO BJ.

1. DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO POR TERCEIROS

- 1.1. Fica a CONTRATADA autorizada a realizar a cessão de uso (sublocação) dos espaços da Praça de Alimentação a terceiros interessados (sublocatários), limitando-se ao máximo de **25 (vinte e cinco) pontos** destinados a lanchonetes, bares, restaurantes, food trucks ou similares, conforme previsto no Termo de Referência.
- 1.2. A CONTRATADA permanece como única e integral responsável perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS/MG pela execução do objeto, segurança, higiene e cumprimento de todas as cláusulas do Edital, respondendo solidariamente por quaisquer irregularidades cometidas pelos sublocatários.

2. DAS REGRAS PARA SUBLOCAÇÃO

- 2.1. A seleção dos sublocatários deverá observar critérios de idoneidade e capacidade técnica para o manuseio de alimentos e bebidas.
- 2.2. É vedada a sublocação para pessoas físicas ou jurídicas que:
- I - Estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - II - Não atendam às normas sanitárias vigentes (Alvará Sanitário e normas da ANVISA).

2.3. A CONTRATADA deverá manter o cadastro atualizado de todos os sublocatários, contendo cópia de documento de identidade/CNPJ e comprovante de endereço, devendo apresentá-lo à Fiscalização do Evento sempre que solicitado.

3. DAS OBRIGAÇÕES DOS SUBLOCATÁRIOS

3.1. **Higiene e Limpeza:** Manter o espaço individual e a área comum adjacente rigorosamente limpos durante todo o período do evento (29 de abril a 03 de maio de 2026).

3.2. **Segurança Alimentar:** Observar o acondicionamento adequado de insumos, validade dos produtos e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como toucas e luvas, quando necessário.

3.3. **Horários:** Respeitar rigorosamente os horários de abertura, fechamento e reabastecimento estipulados pela Organização da XIX EXPO BJ.

3.4. **Estrutura:** Não realizar alterações estruturais, puxadinhos ou instalações elétricas precárias que coloquem em risco a segurança do evento ou excedam a metragem delimitada pela CONTRATADA.

4. DAS PROIBIÇÕES

4.1. É terminantemente proibida a comercialização de bebidas em recipientes de vidro aos consumidores finais, visando a segurança do público, conforme diretrizes de segurança do evento.

4.2. É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 (dezoito) anos, sob pena de imediata cassação da autorização de uso e demais sanções legais.

5. DA FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

5.1. A Prefeitura Municipal, através de seus fiscais ou da Vigilância Sanitária, terá livre acesso a qualquer tempo aos pontos sublocados.

5.2. O descumprimento de qualquer regra deste termo por parte do sublocatário sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Edital, incluindo multas e rescisão contratual, sem prejuízo da retirada imediata do sublocatário infrator do

recinto do evento.

Bom Jardim de Minas/MG, [Data].

Assinatura do Representante Legal da Contratada

Ciente do Sublocatário (Nome/CNPJ)